

## Editorial



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

# Um terramoto com algumas réplicas

O terramoto devastador que o PS de António Costa varreu o país teve duas réplicas nos Açores: a derrota da coligação, que pretendia, erradamente, transformar estas eleições em mais um plebiscito para reforçar o seu projecto regional e o escandaloso resultado da abstenção, completamente dessintonizado da abstenção nacional, o que é uma derrota para todos os partidos da região e uma vergonha para todos nós açorianos.

Vasco Cordeiro e Francisco César fizeram bem em não transformar esta vitória numa leitura política regional, porque de facto não tem.

Aliás, ao contrário do resultado nacional, o PS-Açores não obteve maioria absoluta.

A soma dos votos da AD com os partidos que apoiam a coligação, o Chega e a IL, é maior do que o resultado do PS.

Para obter a maioria dos votos, o PS teria de somar os do PAN ou os do BE.

Os eleitores açorianos sempre souberam distinguir cada eleição, com resultados diferentes, e o que aconteceu com esta eleição nos Açores foi uma cópia fiel da onda nacional.

Ou seja, os eleitores aderiram ao voto útil, mantendo António Costa no poder e rejeitando qualquer alternativa à direita ou à esquerda do PS.

É uma escolha da estabilidade, do equilíbrio, do bom senso, rejeitando crises políticas e castigando quem provocou e cavalgou a crise a meio do mandato.

É, sem dúvida, uma lição para os partidos mais pequenos que apoiam a coligação regional.

Tanto o IL como o Chega estão a fazer o seu papel de vigilantes da coligação, não se coibindo de pressionar publicamente José Manuel Bolieiro para corrigir muitas das actuações desastrosas deste governo, mas não vão mais além, porque sabem que há uma linha vermelha exemplificada nestas eleições: as consequências são piores quando se provocam crises a meio do mandato.

Agora, apesar desta leitura nacional dos resultados, há, certamente, alguns sinais regionais que os partidos devem reter.

Desde logo que o voto não é fixo, não é imutável.

Os açorianos tanto votem num determinado partido para as regionais, como podem mudar o seu voto quando a eleição é nacional. Tem sido assim historicamente.

Isto significa que a coligação não pode contar com os votos dos eleitores açorianos como certos para o mandato inteiro, a qualquer altura podem mudar, independentemente dos candidatos que se apresentem ao sufrágio.

A lista da AD era uma boa lista, mas não era argumento suficiente para ganhar face à estratégia nacional.

Mais: ao trazer o CDS e o PPM para esta eleição, o PSD não acrescentou nada, já que é evidente que aqueles partidos, especialmente o CDS, teriam o mesmo resultado que a nível nacional.

Face a esta dinâmica, a coligação vê-se, agora, obrigada a dar uma volta por cima.

Isto vem reforçar e acelerar a tão falada e demorada remodelação no governo regional, mas não é suficiente.

É preciso mudar muita coisa, a começar pela prática política.

Os partidos mais pequenos queixam-se, com razão, de que há muita coisa parecida com o governo anterior e exigem mudanças programáticas.

Mudar pessoas, nomear tanta gente para os cargos da administração regional, não é fazer diferente.

A manter esta imagem de um governo que parece desconjuntado, sem sentido estratégico e com enormes falhas em várias áreas, a coligação vai ser triturada até ao final do mandato pela oposição e pelo Chega e IL.

Quanto ao PS, Vasco Cordeiro tem aqui um novo fôlego e bem pode agradecer a António Costa.

Com este resultado, faz calar as poucas vozes críticas internamente e desfaz, por agora, aquele movimento, criado internamente, que pretendia pôr em causa a sua liderança.

Por sua vez, Francisco César tem aqui uma oportunidade de ouro para



iniciar uma carreira política nacional, que se vai reflectir nos Açores e, agora sim, não restam dúvidas de que ele tem, também, margem de manobra suficiente para se candidatar um dia à liderança do PS regional.

Todos os outros partidos sofreram as réplicas dos resultados nacionais, não havendo leitura regional relevante a retirar.

Outra consequência deste resultado - que será outra réplica grave a médio prazo - será o relacionamento entre o futuro governo da República e o governo Regional da coligação.

Se até aqui, sem maioria absoluta, o governo de António Costa fez tudo para dificultar a governação regional - promessas não cumpridas, rasteiras políticas e ignorando as prioridades do Estado aqui na região - agora, com maioria absoluta, não tenho dúvidas que será muito pior.

O que significa que os deputados dos Açores, agora eleitos, vão ter um papel determinante na Assembleia da República, a começar pelos do PS, em defesa das pretensões dos Açores.

Se Francisco César ambiciona liderar, um dia, o PS regional, certamente que não se irá colar ao eventual mal-estar que o governo da República venha a criar com o governo Regional.

Bem pelo contrário, no parlamento nacional ou integrando o novo governo, Francisco César irá, certamente, fazer tudo para aparecer como o homem da solução, criando pontes e retirando daqui todos os trunfos para a sua futura carreira política.

Vão ser dias duros para a governação regional, que, por sua vez, devia começar por se antecipar a António Costa, recriando um governo mais enxuto, mais actuante, menos trapalhão e que retire o protagonismo excessivo de Artur Lima e Paulo Estêvão, porque já se percebeu que os eleitores açorianos não aprovam.